

PROCURADOR LEGISLATIVO

ESPELHO DE CORREÇÃO DA PEÇA PROFISSIONAL

PEÇA CABÍVEL → 1) Embargos à Execução

2) Procedimentos – artigo 914, 917, III, 919 do CPC;

COMPETÊNCIA → Vara da Fazenda Pública da Comarca de ... ou Juizados Especiais da Fazenda Pública

ENDEREÇAMENTO → Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ___ Vara da Fazenda Pública da Comarca de... ou Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca ...

PRELIMINAR → 1) SÚMULA Nº 525 – A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais - STJ

2) Prescrição quinquenal {artigo 1º do Decreto Lei nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

DOS FATOS → Argumentar de forma coerente os fatos apresentados no problema.

DO DIREITO → 1) Fundamentação jurídica com base no artigo 917, inciso III do CPC – com legislação e jurisprudência;

DOS PEDIDOS → **Requerer** : a) Intimação do Embargado, na pessoa de seu Advogado, para que, querendo, apresente impugnação no prazo legal; b) O ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR com a extinção imediata da execução, c) Sejam julgados PROCEDENTES os embargos e decretar a nulidade da execução e condenar o embargado ao pagamento das custas e honorários de advogado; d) Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito permitidos e, em especial, pela realização de perícia contábil.

DO VALOR DA CAUSA → Dá-se a causa o valor de R\$....

PROCURADOR LEGISLATIVO

ESTRUTURA DA PEÇA PROFISSIONAL

1 Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara (ou do Juizado) da Fazenda Pública da Comarca de...

2
3 *Câmara Municipal de ..., qualificação completa, por seu procurador infra-assinado, nos autos da execução que*
4 *lhe move “seu sonho é o nosso sonho” à vista do contido na inicial, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa.,*
5 *com fulcro no artigo 914, artigo 917, inciso III e artigo 919, todos do CPC opor EMBARGOS À EXECUÇÃO C/C*
6 *PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO, consoante razões de fato e de direito a seguir aduzidas:*

7
8 *PRELIMINARMENTE:* A presente execução está fulminada pela prescrição quinquenal, conforme artigo 1º do
9 Decreto Lei nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, haja vista a cobrança ser de título vencido em 28/07/2014 e a
10 execução distribuída em 01/08/2019. *(Citar jurisprudência)*

11 E, ainda com base na Súmula 525 do STJ o Embargante é parte ilegítima para figurar na presente execução.
12 Pelo exposto, imprescindível o reconhecimento das prescrições como expostas.

13
14 *FATOS: Narrado conforme o problema.*

15
16 *DIREITO:* Superadas as preliminares arguidas, *ad argumentandum*, tem-se que no mérito melhor sorte não
17 guarda ao embargado, pois conforme se verifica da memória de cálculo apresentada há um excesso de execução.
18 Conforme memória que acompanha essa peça processual, o valor da execução é de R\$....,
19 Portanto, conforme nossa legislação pátria e o entendimento dos nossos tribunais: *(Citar legislação e*
20 *jurisprudência)*

21
22 *DOS PEDIDOS:* Isto posto, requer: a) a intimação do Embargado, na pessoa de seu Advogado, para que,
23 querendo, apresente impugnação no prazo legal; b) o ACOLHIMENTO DAS PRELIMINARES com a extinção
24 imediata da execução, c) Sejam julgados PROCEDENTES os embargos e decretar a nulidade da execução e
25 condenar o embargado ao pagamento das custas e honorários de advogado; d) Protesta pela produção de todos
26 os meios de prova em direito permitidos e, em especial, pela realização de perícia contábil.

27
28 Dá-se a causa o valor de R\$......

29
30 Nestes Termos, Pede e Espera Deferimento.

31
32 Local, Data.

33
34 Procurador:

35 OAB/(estado) _____